

EDITORIAL

Apresentamos aos leitores e às leitoras o número 2, do volume 20 de ORG&DEMO relativo ao ano de 2019, que está composto por oito artigos.

A área de estudo das relações entre educação e trabalho foi perpassada, no processo de sua constituição e desenvolvimento, por debates teóricos, mudanças conceituais, definição e redefinição de problemáticas. A articulação do sistema de educação ou de unidades escolares com o sistema produtivo não constitui apenas um objeto de pesquisa, mas a mediação da estrutura de classes é o ponto fundamental que separa as teorias, mesmo quando os autores não tratam diretamente desta articulação.

Nessa perspectiva, ORG&DEMO publica cinco artigos que apresentam alguns dos principais problemas e avanços teórico-práticos na temática educação e trabalho, definida de acordo com alguns temas e objetos de investigação. Esse núcleo temático foi organizado por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, membro do Conselho Científico de ORG&DEMO. Além desses, apresentamos, também, mais três artigos.

A prevenção e o combate do trabalho escravo de imigrantes no Brasil por meio da educação em direitos humanos é o primeiro artigo apresentado. Foi escrito por Aline Oliveira Gotardo e Luciano Meneguetti Perreira do Centro Universitário Toledo, de Araçatuba. O objetivo do texto é analisar o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, notadamente sob a perspectiva de seu combate e prevenção por meio da educação em direitos humanos.

O segundo artigo intitula-se *A contraface do mundo do trabalho: narrativas sobre vidas e direitos de pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia* e foi elaborado por Ricardo Barbosa de Lima, Lucas Sena de Souza Dembogurski e Dijaci David de Oliveira da Universidade Federal de Goiás. O texto desenvolve uma análise das narrativas de pessoas em situação de rua em Goiânia, trabalhando a promessa de inclusão no contrato moderno via a educação para o trabalho abstrato.

Mudanças na regulação do mercado de trabalho no Brasil: percepções e impactos sobre o emprego é o título do terceiro artigo escrito por Jefferson Mariano da Faculdade Cásper Líbero de São Paulo, e por Lívia Inglesis Barcellos, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru. O texto analisa o comportamento do mercado de trabalho no período entre 2012 e 2018, a partir de informações disponíveis na Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destacando as principais alterações ocorridas no mercado de trabalho.

O quarto artigo apresentado intitula-se *El Aprendizaje y Servicio (ApS): una alternativa para la educación en la ciudadanía* e foi elaborado por Beatriz García Dávila do Centro de Formación e Investigación de Fe y Alegría de Ecuador, e por Vicente Palop Esteban da Universitat de València, Espanha. O artigo tem por objetivo contextualizar o conceito de Aprendizado e Serviço, no âmbito das estratégias de treinamento que ele reúne, como capacitação para cidadania e mudança social.

O quinto e último artigo do núcleo temático denomina-se *La educación social como derecho de la ciudadanía: la profesión de educación social en España y en Europa*. Foi escrito por María-Isabel Viana-Orta e Joan María Senent Sánchez da Universitat de València, Espanha, e por António George Gonçalves Camacho do Instituto Politécnico de Santarém, de Portugal. O intuito do artigo é apresentar uma discussão sobre a profissão de Educador Social que é recente na Europa, principalmente nos países do Sul da Europa, como é o caso da Espanha. Neste país, a Educação Social é definida como um direito de cidadania, com destaque para o seu caráter pedagógico.

A relativa (e pseudo-centralizadora) revisão liberal presente no Manifesto de 1932 é o título do sexto artigo que foi elaborado por Marcelo Augusto Totti e Adair Umberto Simonato Junior da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. O objetivo deste artigo é evidenciar que, apesar de apresentar uma nova teleologia social sem grandes rupturas sociais, o *Manifesto de 32* realizou uma crítica indireta ao liberalismo oligárquico, identificando esse como um dos óbices a serem superados para a consagração da reforma educacional no período.

O sétimo artigo intitula-se *A democracia participativa como esfera de reconhecimento* e foi escrito por Evaldo José Guerreiro Filho, especialista em Direito Público em Florianópolis. O artigo procura fazer uma análise da democracia, como instituição da modernidade, a partir dos novos movimentos sociais sustentados em paradigmas identitários, surgidos na segunda metade do século XX, e da teoria do reconhecimento que os acompanha.

Racionalidades instrumental e substantiva no Terceiro Setor é o título do oitavo artigo, elaborado por Jean Carlos Mendes da Rocha da Universidade Estadual de Londrina. O objetivo do ensaio teórico é apresentar um estudo sobre as racionalidades instrumental e substantiva nas organizações do Terceiro Setor.

Aos nossos leitores e leitoras desejamos uma boa leitura.

Neusa Maria Dal Ri
Editora